



E-Legis

Biblioteca
DIGITAL
CÂMARA

 **CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

E-Legis | Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados

<http://inseer.ibict.br/e-legis>
<http://bd.camara.gov.br>



SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES NA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Stephania Maria de Souza*

Resumo: Este artigo descreve o acervo atual da Biblioteca da Câmara dos Deputados e avalia os critérios de seleção de documentos contidos em sua Política de Desenvolvimento de Coleções. Utilizaram-se dois levantamentos de dados: um reúne por classes temáticas da Classificação Decimal Universal (CDU) os livros comprados entre os anos 2000 e 2007, o outro reúne por comissões temáticas os projetos de lei (PLs) relatados no mesmo período. Em seguida relacionaram-se os assuntos das comissões com maiores incidências de PLs relatados aos assuntos constantes no documento da Política de Desenvolvimento de Coleções. A conclusão a que se chega é de que os critérios de seleção permitem formar um acervo especializado em Ciências Sociais, com ênfase no Direito; no entanto o acervo formado apresenta desequilíbrios quantitativos entre as classes, subclasses e áreas. Os critérios também permitem, para o período em análise, desenvolver uma coleção bibliográfica cujos assuntos estão em sintonia com a maioria dos temas das comissões permanentes. Ao final é apontada a necessidade de maiores estudos sobre os tipos de informação e fontes importantes para a Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: Biblioteca parlamentar, Brasil; Biblioteca parlamentar, coleções, avaliação e seleção; Biblioteca da Câmara dos Deputados, História.

Abstract: This article describes the current collection of the Library of Câmara dos Deputados and evaluates the criteria for selection of documents contained in its Development Policy Collections. We used data from two surveys: one for classes together themes of Universal Decimal Classification (UDC) books purchased between 2000 and 2007, the other thematic committees meet when the bills (PLs) reported the same period. Then related to the affairs of the committees with higher incidences of PLs reported to the matters contained in the document Policy Collection Development. The conclusion reached is that the selection criteria allow to form a collection specializing in social sciences, with emphasis on the law, yet the collection has formed quantitative imbalances between classes, subclasses and areas. The criteria also

* Especialista em Instituições e Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados. Analista Legislativo, Câmara dos Deputados stephania.souza@camara.gov.br

allow for the period under review, developing a bibliographic collection whose subjects are in line with most of the themes of standing committees. At the end is pointed to the need for further studies on the types of information and sources for the Câmara dos Deputados.

Key-words: *Parliament Library, Brazil; Parliament Library, collections, evaluation and selection.*

1 Introdução

O papel da informação no processo legislativo é contribuir para minimizar a incerteza e a imprevisibilidade, características dos processos iniciados pela ação dos homens na esfera política¹.

Na perspectiva informacional², o papel da informação é igualmente a redução da incerteza, porém aqui o processo legislativo é visto sob a ótica institucional, vale dizer, o espaço público no qual ele ocorre pertence à esfera política separada das demais esferas sociais. Em tal contexto, a importância da informação consiste em reduzir a incerteza e, por conseguinte, contribuir para prever as consequências ou os efeitos de uma política pública cujos resultados, positivos ou negativos, recairão sobre o Parlamento e suas instituições.

Partindo da análise das funções do Congresso Americano, Frantzich (1979, p. 256), estabeleceu quatro tipos de informações básicas importantes para melhorar o desempenho daquelas funções:

O Parlamento e os parlamentares necessitam de informações para coordenar e planejar tanto a agenda da Casa quanto as agendas dos gabinetes. Como um corpo decisório, o Parlamento necessita acompanhar a atividade legislativa e registrar as votações individuais e de bancada. Os parlamentares, enquanto representantes, necessitam identificar e observar as demandas de sua base eleitoral, atendê-las com maior eficiência e desenvolver meios para acompanhar os interesses de suas bases tanto no âmbito parlamentar quanto fora dele. Os parlamentares, enquanto legisladores, necessitam das melhores informações para monitorar problemas, desenvolver soluções, prever consequências e ampliar estratégias de influência. Os parlamentares, no exercício do seu papel de controle e fiscalização, necessitam monitorar o sucesso dos programas em andamento e identificar os pontos vulneráveis. [tradução do autor] (Frantzich, 1979, p. 256)

Em outra abordagem, Miller, Pelizzo e Stapenhurst (2004), bem como Robinson (1996),

¹ A ação, ou a capacidade de agir, segundo Hannah Arendt (1981, p. 243), é a faculdade humana iniciadora de “processos novos e sem precedentes, cujo resultado é incerto e imprevisível, quer sejam desencadeados na esfera humana ou no reino da natureza.” Para a autora, a incerteza, a imprevisibilidade passa ser a principal característica do que ela denomina negócios humanos, o mundo da política.

² A perspectiva informacional ganhou notoriedade a partir dos estudos de Keith Khrebiel sobre o papel das comissões temáticas no processo legislativo norte-americano. Ele apresentou dois postulados: as decisões são tomadas pela maioria em todas as instâncias parlamentares; os parlamentares desconhecem os resultados das políticas sobre as quais deliberam. Portanto, garantir que as decisões sejam tomadas em respeito às preferências da maioria e com base na maior quantidade de informação disponível, isto é, com o menor nível de incerteza, é o problema para o qual o Legislativo deve se organizar (Santos; Almeida, 2005).

se baseiam na tipologia desenvolvida por Nelson Polsby³ para estabelecer um elo entre as necessidades de informação de um parlamento e os seus níveis de funcionamento, variando desde pouca ou nenhuma necessidade por informações, caso dos parlamentos classificados como *rubber stamp*, até um total reconhecimento da importância das informações manifestado pelo grau de investimento, entre outros indicadores, em pessoal e serviços especializados, caso dos parlamentos classificados como *transformative legislatures*.

Quais seriam as fontes utilizadas pelos parlamentares para encontrar informações?

Nos próximos parágrafos, pretende-se somente introduzir o assunto, pois ele, assim como as necessidades e usos da informação no Parlamento, carece de estudos profundos e igualmente específicos sobre a realidade nacional, o que impossibilita obter conclusões definitivas.

Esta afirmação é corroborada por Marcella, Carcary e Baxter (1999). Segundo as autoras, há uma significativa falta de pesquisa sobre o papel da informação no processo de decisão político, em particular no contexto europeu. A mesma opinião é acompanhada por Miller, Pelizzo e Stapenhurst (2004).

Em um estudo empírico sobre as necessidades de informação dos representantes britânicos no Parlamento europeu, Marcella, Carcary e Baxter (1999) constataram que as fontes de informação mais utilizadas por eles são os contatos informais e os arquivos particulares. Os serviços disponibilizados pela biblioteca do Parlamento Europeu e pelos partidos são considerados importantes recursos (ambos em terceiro lugar), porém menos utilizados que os primeiros, e os serviços eletrônicos oferecidos pela União Européia consistem nos recursos menos importantes e também os menos usados entre todos. O menor nível de satisfação foi detectado em relação à Internet apesar do seu alto nível de uso.

Os principais problemas com os quais os representantes britânicos se deparam na recuperação de informações, constataram as autoras, são a falta de tempo e a grande quantidade e variedade de fontes disponíveis.

Outro estudo recente sobre as necessidades de informação dos parlamentares trata da Assembléia Legislativa na capital da Índia. Shailendra e Prakash (2008) observaram que eles utilizam várias fontes; as preferidas são os contatos pessoais e os meios de comunicação. Em relação à biblioteca e seus recursos, os autores identificaram que os parlamentares desconhecem o seu papel. A justificativa encontrada é, novamente, a indisponibilidade de tempo.

³ Nelson Polsby (1975) classifica as formas legislativas em quatro tipos de acordo com os regimes políticos (fechados ou abertos) e a atividade governamental (sem especialização ou especializada). Para o escopo deste artigo, é suficiente registrar que, na primeira classificação, não existe um Parlamento funcionando plenamente; a função legislativa é exercida e controlada por uma junta e o Parlamento é apenas decorativo. *Rubber stamp legislatures* são parlamentos próprios dos regimes fechados, e seus membros são cooptados com a finalidade de legitimar as propostas e ações do Executivo. Os parlamentos denominados *emerging and informed legislatures* apresentam variações na forma de funcionamento. Eles estão presentes em sistemas políticos abertos e especializados e podem se reunir, conduzir seus negócios de acordo com regras e expressar sua vontade, porém não apresentam o mesmo nível de independência política característico dos parlamentos denominados *transformative legislatures*.

A função básica da biblioteca legislativa é servir como fonte de informação para o Parlamento em apoio às suas atribuições constitucionais. A forma como isso ocorre dependerá da visão que cada instituição tem da biblioteca e dos recursos disponibilizados para tanto. (Robinson, 1996).

A biblioteca legislativa representa uma das fontes de informações mais comuns no Parlamento. Primeiramente por ser uma instituição secular, criada junto aos primeiros parlamentos da Era Moderna - data de 1796 a criação da Biblioteca da Assembléia Francesa, seguida pela Biblioteca do Congresso Americano, 1800, e pela Biblioteca da Casa dos Comuns, no Reino Unido, 1818 (Robinson, 1996).

Da mesma forma é considerada comum por ser uma fonte presente em 161 países⁴. Apesar da longevidade e da quantidade, não é possível afirmar o quanto a biblioteca legislativa é utilizada pelos parlamentares devido à escassez de estudos sobre o tema.

No Brasil, o Congresso Nacional possui duas bibliotecas servindo a ambas as Casas muito embora cada qual priorize as necessidades do seu público alvo.

Este artigo tem como objetivo descrever o acervo atual da Biblioteca da Câmara dos Deputados⁵ e avaliar a sua Política de Desenvolvimento de Coleções por meio da análise dos critérios de seleção e aquisição de documentos verificando se os assuntos ou conteúdos dos livros adquiridos apresentam algum tipo de relação com os temas abordados na Casa.

2 Descrição do acervo da biblioteca da Câmara ⁶

A Biblioteca da Câmara possui um acervo especializado, segundo sua página eletrônica, em Ciências Sociais com ênfase no Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública⁷.

A coleção é composta de 157.237⁸ volumes de livros, folhetos, obras raras e especiais, materiais de referência e de organismos internacionais e multimeios. A coleção de periódicos (jornais diários, revistas semanais e especializadas) possui 682 títulos correntes.

Do total de 157.237 itens, 45.093 não foram incluídos em classes temáticas. Quantos aos demais, 112.144 itens, estão organizados em 12 classes temáticas, conforme a Figura 1.

⁴ Segundo o *World Directory of National Parliamentary Libraries*, 161 países possuem bibliotecas em seus parlamentos; destes, 20 países as possuem em ambas as Casas (Robinson, 1996, p. 827).

⁵ A Biblioteca da Câmara dos Deputados, desde 1971, passou a fazer parte da estrutura do Centro de Documentação e Informação, Cedi, como uma de suas coordenações. Neste artigo emprega-se o termo Biblioteca de forma genérica

⁶ Para conhecer a formação do acervo da Biblioteca da Câmara, acessar o documento Seleção de Informações em Bibliotecas Legislativas: o caso da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/posgraduacao/curso-ip-3a-edicao/Stephania%20Maria%20de%20Souza%20-%20MONOGRAFIA%20curso%20IP%203.pdf.migrado> Acesso em: 30 set. 2009.

⁷ Informação disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/biblarq/conheca>> Acesso em: 13 dez. 2008.

⁸ O acervo da Coordenação de Biblioteca foi inventariado entre os meses de março a setembro de 2008. Os números mencionados neste trabalho foram extraídos de uma tabela preliminar fornecida pela Coordenação de Bibliotecas.

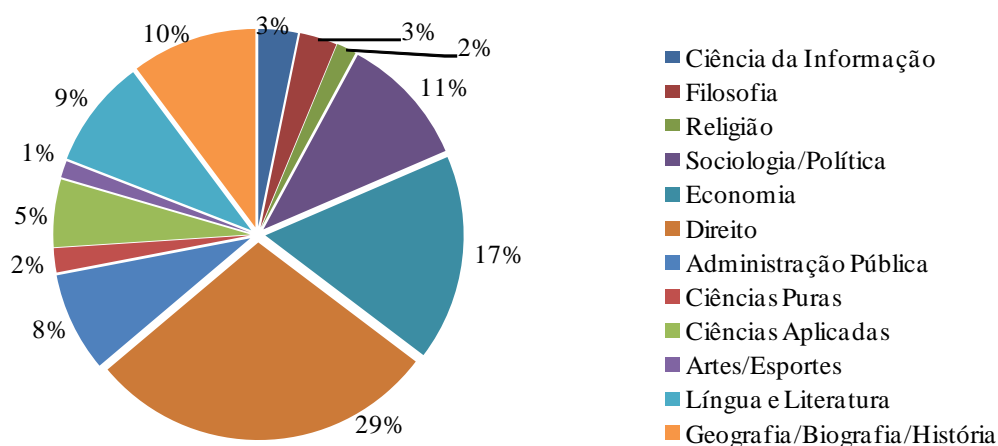


Figura 1 - Quantidade de volumes por classes temáticas - 2008

Fonte: Tabela preliminar do Inventário 2008. Coordenação de Biblioteca – Cedi

A soma dos documentos classificados dentro das Ciências Sociais é 88.777. Este número representa 79% do total da coleção categorizada (112.144), como demonstra a Figura 2.

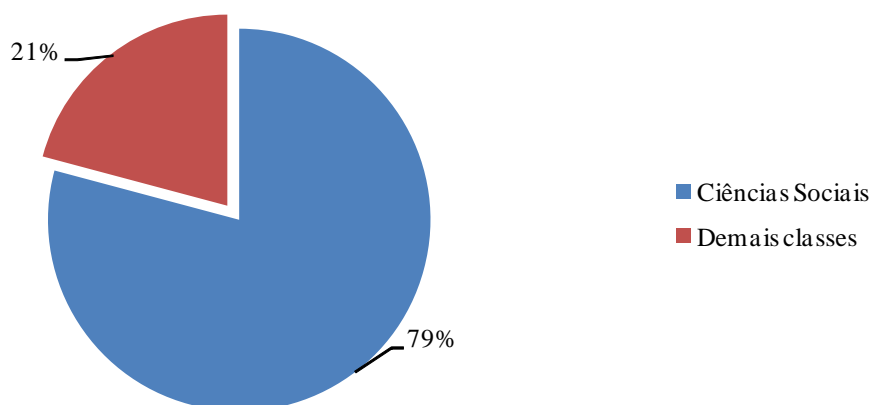


Figura 2 - Quantidade de volumes das Ciências Sociais x demais áreas - 2008

Fonte: Tabela preliminar do Inventário 2008. Coordenação de Biblioteca – Cedi

Os dados indicam que o acervo tem se desenvolvido sob o foco das Ciências Sociais, mesmo levando-se em conta a ausência de registro temático para 45.093 itens, assim como a ausência de classificação por assunto da coleção de periódicos.

Em relação aos tipos de materiais, os dados estão organizados em quatro tipos conforme a Figura 3.

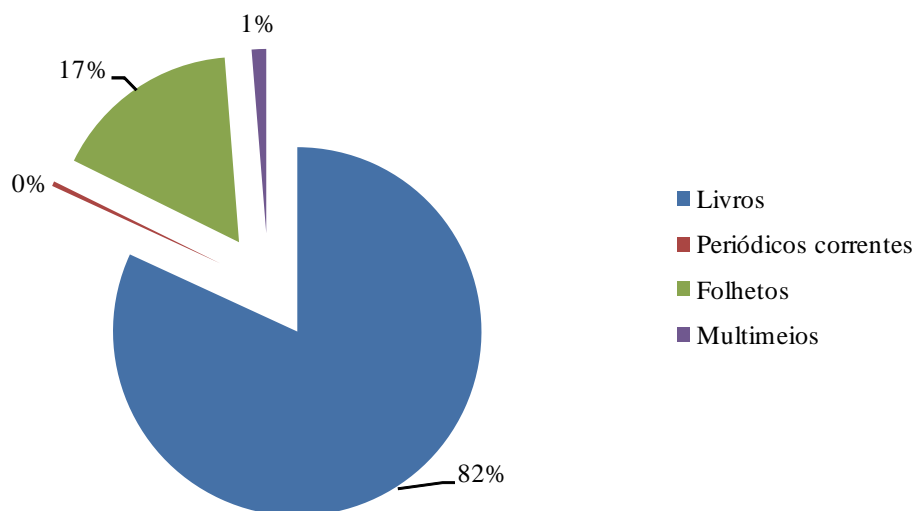


Figura 3 - Tipos de materiais da Coordenação de Biblioteca - 2008

Fonte: Tabela preliminar do Inventário 2008. Coordenação de Biblioteca – Cedi

Observa-se que o acervo é constituído em sua quase totalidade por livros e folhetos, o que contraria a premissa de Englefield (1993, p. 19): “os conteúdos dos livros geralmente não são atuais; portanto, os livros, em bibliotecas legislativas, são relativamente menos importantes que os materiais correntes” [tradução nossa]. O acervo de livros em bibliotecas legislativas, sugere o autor, deve representar cerca de 20 a 25% do acervo total.

Quanto às características denominadas intrínsecas às informações, atualidade, completeza, ou exaustividade, tempestividade, precisão, confidencialidade e relevância não são objetos de inventários bibliográficos; logo não é possível descrever ou avaliar o acervo sob estas perspectivas.

3 Desenvolvimento do acervo

A Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca foi implantada em 2002; contudo, desde os anos 80 já há registros indicando uma preocupação com a definição e implantação de tal política. É o que evidencia um discurso de 1980, pronunciado pelo deputado Alceu Collares em atenção às queixas de alguns servidores do Centro de Documentação e Informação:

No corpo da Biblioteca há um elenco de falhas, enorme, que o tempo não me vai permitir focalizar. Mas gostaria pelo menos de mencionar a falta de uma política de seleção e aquisição. Não estamos atualizando a Bibliografia especializada no campo político, econômico e social, principalmente. Aquisição de material inútil – parece que estão comprando até livro de bolso. Aquisição de catálogo inteiro de uma livraria, por imposição, e do qual não constava data de publicação das obras. Aquisição de obras em língua freqüentemente inacessível à maioria dos leitores (Collares, 1980, p. 10.808).

Percebem-se, a partir deste pronunciamento, critérios particulares se misturando aos procedimentos que deveriam ser essencialmente impessoais.

Procurando sanar a dificuldade causada pela ausência de critérios na seleção de publicações, na reavaliação do acervo e na realização de descartes, foi criada em 1982 uma Tabela de Parâmetros. Todavia seu uso se encerrou 10 anos mais tarde devido à falta de praticidade e utilidade. A Tabela teria sido usada apenas para avaliar publicações já adquiridas, não cumprindo, portanto, o seu objetivo principal, isto é, selecionar novos documentos (Schreiber, 1993).

Outra ação no campo normativo também procurou resolver a mencionada dificuldade. Em 1986, o Cedi encaminhou à Mesa Diretora minuta de um ato propondo a criação da Comissão de Seleção do Acervo Bibliográfico da Câmara. Sua justificativa relatava, como consequências da falta de critérios de seleção e da inexistência de um dispositivo legal para reavaliação do acervo e descarte, o desenvolvimento inadequado das coleções, áreas destinadas a depósitos completamente saturadas e acervo desatualizado. A Comissão seria formada por funcionários conhecedores das necessidades dos usuários e dos diferentes órgãos do Congresso Nacional. A ela caberia desenvolver estudos para a fixação da política, critérios e rotina de seleção, de forma a garantir a revisão segura do acervo atual e a continuidade do seu desenvolvimento (Brasil, 1986).

No mesmo ano foi constituída uma comissão de seleção, em caráter emergencial, com as seguintes funções: preparar um documento-base sobre política de acervo; avaliar os documentos para o intercâmbio, separando os passíveis de doação dos materiais inservíveis com a finalidade de obter espaço físico; selecionar títulos de periódicos entre os doados e reavaliar as coleções existentes na Biblioteca (Brasil. Coordenação de Biblioteca, 1986).

A análise das iniciativas mencionadas aponta para duas questões: a preocupação em desenvolver mecanismos para reavaliar o acervo presente se tornou mais premente que adotar critérios de seleção e impedir o desenvolvimento inadequado do acervo futuro.

Outra questão é o porquê de tais reavaliações. Nos documentos oficiais, a falta de espaço físico é constantemente registrada. Não se sabe se esse argumento foi utilizado para sensibilizar os gestores da Casa em relação à Biblioteca, por ser um argumento visivelmente provável, ou se ele é, de fato, a força-motriz para alterar os procedimentos de seleção bibliográfica. No entanto, é importante registrar que desenvolver uma política de seleção tendo como causa a falta de espaços físicos indica que os profissionais da Biblioteca administram o acervo dentro do modelo de biblioteca centrado na acumulação e armazenamento de documentos. Defende-se aqui, entretanto, a ideia de que o melhor aproveitamento do espaço físico será uma das consequências, não a principal, da adoção de uma política de desenvolvimento de coleções.

A atividade de avaliação do acervo foi retomada a partir da segunda metade dos anos 90 sob os cuidados da Comissão de Seleção, agora coordenada pela Seção de Recebimento e Controle de Publicações Oficiais (Seren). Avaliaram-se as coleções de periódicos, inclusive os

da área médica, documentos dos organismos internacionais, coleção de livros denominada “Fixa”, livros constantes no catálogo extinto BICD, coleção de referência e acervo geral. Em algumas destas avaliações, contou-se com o apoio de especialistas; nas demais, realizaram-se forças-tarefas com diversos profissionais do Cedi. Entre os anos 1996 e 2002 foram avaliados 22.531 documentos. Destes, 2.735 foram descartados⁹.

Paralelamente a essas atividades, a Comissão de Seleção prosseguiu incorporando ao acervo documentos julgados relevantes aos interesses da Casa. Os livros novos eram identificados em catálogos de editoras, no catálogo da extinta Rede Sabi, posteriormente Rede Virtual de Bibliotecas (Rede Rvbi), resenhas literárias de jornais e revistas e sugeridos por servidores. Todavia, o critério de seleção era “cobrir o núcleo básico do acervo da Biblioteca (Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública) com os livros considerados essenciais” (Brasil, 2001, f. 2).

No período compreendido entre 1996 e 2002 foram selecionados para compra 18.181 livros e incorporadas ao acervo 21.292 doações.

A necessidade de se estabelecer “uma política de seleção com critérios definidos em documento escrito, elaborado pela própria Comissão para tornar o trabalho de seleção mais coerente, eficiente e objetivo” foi registrada no Relatório da Seren de 1998. (Brasil, 1998, f. 10). Porém nenhum dos documentos analisados - relatórios, ofícios, minuta de ato legal - mencionam a importância de se fazer estudos a fim de se conhecer os tipos de informações necessárias ao processo legislativo, suas fontes e seus formatos. Este conhecimento, pelo que foi possível constatar no teor da minuta do ato mencionado anteriormente, faria parte das qualidades inerentes aos membros da Comissão de Seleção (Brasil, 1986).

A Comissão de Seleção iniciou a elaboração da Política de Desenvolvimento de Coleções em 1999 e a finalizou em 2002. Portanto, a partir de 2003, a Biblioteca passou a contar com uma ferramenta para selecionar e adquirir materiais bibliográficos. Resta saber, então, se as suas finalidades estão sendo alcançadas.

4 Descrição da Política de Desenvolvimento de Coleções da biblioteca

O objetivo geral da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca é determinar as diretrizes e as normas que visam estabelecer ações, estratégias e critérios para a tomada de decisões referentes ao desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição.¹⁰

⁹ Foram analisadas as informações dos relatórios da Seren referentes aos anos 1996 a 2002. Não há registro dos números de livros descartados para o período 1999 a 2001 muito embora tenham sido feitas avaliações. Os documentos estão disponíveis nos arquivos daquela Seção.

¹⁰ Para conhecer outras informações sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca da Câmara, acessar o documento Seleção de Informações em Bibliotecas Legislativas: o caso da Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/posgraduacao/curso-ip-3a->

Os objetivos específicos são: orientar os membros da Comissão de Seleção visando à coerência e à consistência do acervo; garantir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas temáticas definidas; estabelecer critérios para aquisição de publicações para órgãos administrativos da Casa, a título de Coleção Depositada; estabelecer a política de descarte.

No documento da Política, os critérios gerais de seleção de publicações a partir do assunto foram divididos em dois núcleos: o núcleo básico é formado pelos temas das áreas do Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. O núcleo complementar reúne obras cujos assuntos tratam de políticas sociais, educação, relações exteriores, defesa nacional, infraestrutura, história, geografia, língua e literatura, biografias, artes e ciência da informação.

A aquisição ou não de um título novo deve atender prioritariamente ao critério assunto. Se o assunto do documento avaliado está entre aqueles, poderá ser adquirido, porém a decisão final levará em conta também critérios específicos, os quais não são objetos deste estudo.

As fontes consultadas para a seleção de novas publicações são bases de dados, catálogos de editores ou livrarias, resenhas literárias de revistas e jornais, feiras e exposições de livros, páginas da Internet, lista de novas aquisições, boletins bibliográficos de bibliotecas e sugestões de usuários. Na prática, são realizados constantes levantamentos dos títulos novos em catálogos eletrônicos das grandes editoras que cobrem a área de Direito, nas páginas eletrônicas de livrarias e em resenhas literárias de jornais e revistas.

Atualmente, um título constante no catálogo da Rede Rvbi, mas não no acervo da Biblioteca, poderá ser adquirido ou não, dependendo do julgamento da Comissão quanto ao grau de pertinência temática, ou seja, está se tentando um melhor compartilhamento dos recursos informacionais disponíveis nos acervos da Rede.

Quanto aos livros estrangeiros, geralmente são selecionados quando indicados pelos consultores. A aquisição final de um documento estrangeiro está condicionada à sua disponibilidade no mercado livreiro internacional, aliada à capacidade do livreiro de atendê-la. É importante ressaltar que nos últimos dez anos, os recursos orçamentários reservados para a compra de materiais informacionais não constituíram limites à aquisição final de um documento [informação verbal].¹¹

5 Descrição da metodologia

A abordagem utilizada neste estudo para avaliar os critérios de seleção de documentos, sob o critério assunto, não está presente na literatura. Optou-se por adotá-la após se verificar que os diversos métodos relatados na literatura especializada não atendem aos objetivos do trabalho.

O emprego dos métodos classificados como quantitativos requer a obtenção de diversos

edicao/Stephania%20Maria%20de%20Souza%20-%20MONOGRAFIA%20curso%20IP%203.pdf.migrado. Acesso em: 30 set. 2009

¹¹ Notícias fornecidas pelas coordenadoras da Comissão de Seleção a partir de 2004, em dezembro de 2008.

dados estatísticos ausentes tanto na Biblioteca quanto nos demais órgãos subordinados ao Centro de Documentação e Informação, tais como dados sobre uso da coleção e sobre o perfil do usuário real. Melhor dizendo, dados sobre quem usa o quê e com qual finalidade. A utilização dos métodos qualitativos é igualmente inviável devido à indisponibilidade de tempo e recursos financeiros para a elaboração do estudo.

Sendo assim, foram realizados dois levantamentos de dados e, em seguida, cruzados os principais resultados a fim de verificar se os conteúdos dos livros adquiridos apresentam algum tipo de relação com os temas abordados na Casa.

O primeiro levantamento consistiu em identificar os assuntos dos livros selecionados e adquiridos por compra entre os anos 2000 e 2007. Os títulos dos livros analisados estão registrados nos documentos de “encomendas”, os quais compõem os processos administrativos de compras do mesmo período¹². A identificação dos assuntos propriamente dita foi realizada consultando a Rede Rvbi/catálogo da Biblioteca, por meio do sistema Aleph. Foram identificados os assuntos de 18.833 livros, de um total de 21.261 documentos. A diferença se explica pela desconsideração dos títulos comprados como coleção depositada e dos títulos que não atenderam a critérios propostos para identificação. Os resultados do levantamento serão apresentados juntamente com as análises no próximo tópico.

A fim de identificar os assuntos abordados na Casa, fez-se um levantamento dos conteúdos temáticos dos projetos de lei ordinária (PLs), relatados entre os anos 2000 e 2007 pelas comissões permanentes que oferecem parecer de mérito às proposições¹³. A escolha da fase de relatoria do PL se justifica por entender o relator, sob a perspectiva informacional, “como um agente de sua comissão, cuja incumbência é coletar e compartilhar informação sobre o impacto de uma política específica” (Santos; Almeida, 2005, p. 701). No caso dos projetos de lei, os respectivos assuntos foram identificados a partir das matérias regimentalmente atribuídas às comissões permanentes¹⁴. Os dados relativos às “proposições relatadas pela comissão X” foram obtidos por meio do Sistema de Informações Legislativas (Sileg). O Sileg é um sistema que visa acompanhar e registrar as informações geradas pela Câmara ao longo do processo legislativo. O sistema apresenta duas versões: a primeira está disponível no portal da Câmara dos Deputados para o público em geral, e a segunda é limitada a alguns setores da Casa.

Os dados deste trabalho foram coletados por meio da versão interna, pois ela possibilita a construção de estratégias diversificadas o que é inviável na versão pública. Utilizou-se a

¹² As encomendas mencionadas compõem os seguintes processos da Seção de Aquisição da Coordenação de Biblioteca: 118.207/1998, 128.316/1999, 123.245/2000, 101.501/2002, 103.950/2003, 106.165/2004, 106.176/2005, 101.430/2005, 107.196/2005.

¹³ De acordo com Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), art. 126, parecer é a proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo. O parecer de mérito dispõe apenas sobre a matéria da proposta, excluindo-se, portanto, os aspectos orçamentários, constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa.

¹⁴ Ver. RICD, art. 32, das Matérias ou Atividades de Competência das Comissões.

seguinte estratégia¹⁵: no *Módulo Proposição* a pesquisa limitou-se ao período de 2000-2007 e ao tipo de proposição *PL*, e no campo de retorno dos resultados, *retornar todas as proposições* (ativas e inativas); no *Módulo Andamento*, limitou-se ao período de 01/01/2000 a 31/12/2000, alterando-se o ano a cada levantamento; no campo *Expressão Textual* deste módulo utilizaram-se os termos *parecer and mérito* (CCJC e CFT) e somente *parecer* para as demais comissões permanentes; e, por último, no campo *Órgão*, foram selecionadas as siglas das comissões permanentes a cada levantamento.

6 Apresentação e análise dos resultados

Os dados do levantamento “conteúdos temáticos dos livros” estão descritos em três grupos. No primeiro grupo são tratados todos os dados coletados; no segundo, os dados pertencentes à classe¹⁶ Ciências Sociais; e, no terceiro, os dados das classes temáticas que compõem o núcleo básico do acervo da Biblioteca: Direito, Economia, Ciência Política e Administração Pública.

Os conteúdos temáticos dos livros identificados estão organizados nas nove classes temáticas da CDU, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - Livros comprados por classes temáticas - 2000-2007

CLASSES DA CDU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Ciências Sociais - 3	757	1344	2100	1976	1855	1945	2701	553	13231	70,25
Língua, Linguística, Literatura - 8	117	183	325	355	298	121	116	35	1550	8,23
Geografia, Biografia, História - 9	107	94	224	241	197	106	121	20	1110	5,89
Ciências Aplicadas, Medicina, tecnologia - 6	38	114	193	171	186	113	123	34	972	5,16
Generalidades, conhecimento, informação - 0	40	65	95	86	93	69	75	23	546	2,90
Matemática, Ciências Naturais - 5	28	40	73	69	86	86	85	18	485	2,58
Filosofia, Psicologia - 1	40	42	75	81	91	57	67	18	471	2,50
Artes, recreação, esportes - 7	15	28	45	58	44	34	41	10	275	1,46
Religião, Teologia - 2	20	28	41	28	38	13	22	3	193	1,02
TOTAL	1162	1938	3171	3065	2888	2544	3351	714	18833	100%

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Observa-se que, para o período, a classe Ciências Sociais é a maior beneficiada com aquisições de livros, tanto antes quanto depois do estabelecimento da Política de Desenvolvimento de Coleções, com uma média de 70% do total de aquisições. É interessante observar que esta média somente foi alcançada a partir de 2005, vale dizer, dois anos após o

¹⁵

Foram utilizadas diversas estratégias obtendo-se resultados distintos. A presente estratégia foi desenvolvida com o apoio dos servidores do Prolegis.

documento de a política estabelecer critérios formais de seleção.

Na Tabela 2, verifica-se mais claramente o exposto acima. Da mesma forma, as classes Língua, Linguística e Literatura (classe 8) e Geografia, Biografia e História (classe 9) apresentam as porcentagens de aquisições reduzidas a partir de 2005. Todavia ambas são mais beneficiadas com aquisições que subclasses das Ciências Sociais, consideradas básicas pela Política de Desenvolvimento de Coleções, como será demonstrado adiante.

Tabela 2 – Livros comprados por classes temáticas – médias anuais (distribuição percentual) - 2000-2007

CLASSES DA CDU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Ciências Sociais - 3	65,15	69,35	66,23	64,47	64,23	76,45	80,60	77,45	70,25
Língua, Linguística, Literatura - 8	10,07	9,44	10,25	11,58	10,32	4,76	3,46	4,90	8,23
Geografia, Biografia, História - 9	9,21	4,85	7,06	7,86	6,82	4,17	3,61	2,80	5,89
Ciências Aplicadas, Medicina, tecnologia - 6	3,27	5,88	6,09	5,58	6,44	4,44	3,67	4,76	5,16
Generalidades, conhecimento, informação - 0	3,44	3,35	3,00	2,81	3,22	2,71	2,24	3,22	2,90
Matemática, Ciências Naturais - 5	2,41	2,06	2,30	2,25	2,98	3,38	2,54	2,52	2,58
Filosofia, Psicologia - 1	3,44	2,17	2,37	2,64	3,15	2,24	2,00	2,52	2,50
Artes, recreação, esportes - 7	1,29	1,44	1,42	1,89	1,52	1,34	1,22	1,40	1,46
Religião, Teologia - 2	1,72	1,44	1,29	0,91	1,32	0,51	0,66	0,42	1,02
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

A classe temática Ciências Sociais está organizada em 10 subclasses, conforme a Tabela 3. Entre estas, destaque para as subclasses de Direito, Economia e Ciência Política com maior número de aquisições. As três subclasses, juntamente com a subclasse de Administração Pública, passaram a compor o núcleo básico do acervo com a implantação da Política de Desenvolvimento de Coleções, em 2002. Juntas, representam quase 90% das aquisições em Ciências Sociais. Tabela 3 – Aquisições em Ciências Sociais – 2000-2007

CIÊNCIAS SOCIAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Direito, jurisprudência - 34	321	720	1103	1032	918	1172	1490	351	7107	53,71
Economia - 33	238	341	492	457	427	348	564	104	2971	22,45
Política - 32	72	79	153	159	158	162	213	32	1028	7,77
Administração Pública - 35	23	68	105	93	84	82	159	25	639	4,83
Assistência social, previdência, seguridade - 36	33	30	80	70	66	74	81	15	449	3,39
Demografia, Sociologia, Estatística - 31	19	45	70	67	77	38	99	12	427	3,23
Educação, ensino - 37	18	19	38	46	60	29	46	6	262	1,98
Etnologia, Etnografia, costumes - 39	17	25	36	32	27	20	24	5	186	1,41
Ciências Sociais relacionadas a outras	15	17	23	19	37	20	25	3	159	1,20

¹⁶ Adotam-se os termos “classe” para as classes gerais da CDU; “subclass”, para as suas divisões; e “áreas” para as divisões das subclasses.

CIÊNCIAS SOCIAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
áreas – 3										
Metrologia, pesos e medidas - 38	1	0	0	1	1	0	0	0	3	0,02
TOTAL	757	1344	2100	1976	1855	1945	2701	553	13231	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

As classes Língua, Linguística e Literatura e Geografia, Biografia e História, não obstante as áreas constituírem o núcleo complementar do acervo, apresentam uma disparidade quando se comparam os totais de suas aquisições aos de subclasses consideradas básicas ou complementares. Os dados são apresentados na Figura 4.

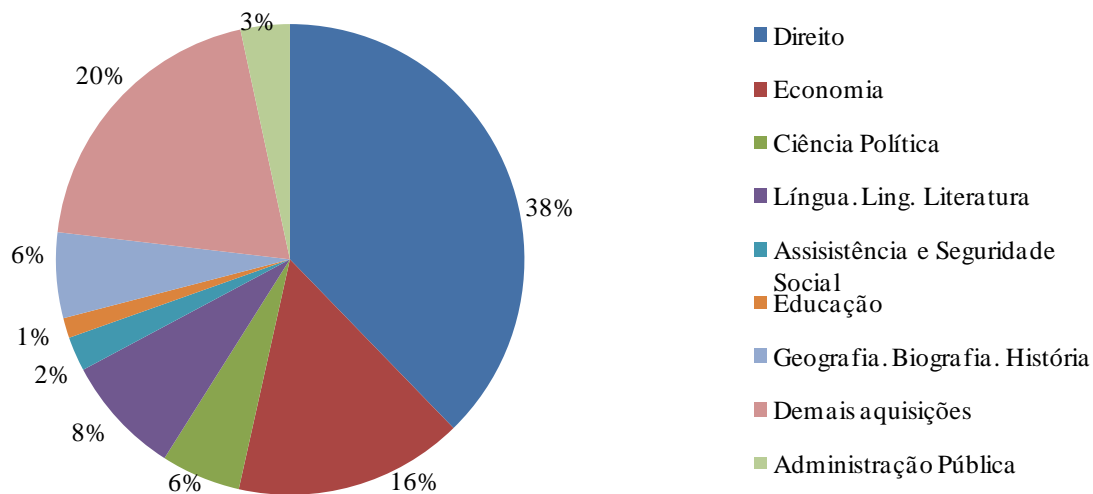


Figura 4 – Aquisições para o Núcleo Básico x Núcleo Complementar - 2000-2007

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Ciência Política (6%) e Administração Pública (3%), ambas as subclasses das Ciências Sociais, embora façam parte do núcleo básico, apresentam menos aquisições que as classes de Língua, Linguística e Literatura (8%) e Geografia, Biografia e História (6%).

As subclasses de Educação (1%) e Assistência e Seguridade Social (2%) igualmente compõem o núcleo complementar, no entanto são pouco beneficiadas, levando-se em conta os investimentos feitos nas duas classes complementares porém não classificadas entre as Ciências Sociais. Considerando tais dados, conclui-se que os critérios para seleção de livros por assunto estão possibilitando o desenvolvimento de um acervo de fato especializado em Ciências Sociais. Quando se observam, porém, as subclasses das Ciências Sociais, constata-se que a ênfase em aquisições tem sido dada, para o período em análise, ao Direito e, em menor número, à Economia.

Outra constatação se refere ao objetivo geral da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca - *desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição*: compram-se mais livros de algumas classes e subclasses, independentemente se serem básicas ou complementares e bem menos de outras,

também básicas ou complementares. Os dados pertinentes ao núcleo básico - Direito, Economia, Ciências Políticas e Administração Pública - estão organizados nas Tabelas 4 a 9.

A subclasse de Direito é, entre todas as áreas básicas ou complementares, classes ou subclasses, a maior beneficiada com aquisições no período em análise. Isto significa que os profissionais do Cedi, antes e depois do estabelecimento de critérios formais de seleção, entendem os assuntos ligados ao Direito como os mais relevantes à Câmara dos Deputados. Todavia, quando se analisam os dados relativos a tais assuntos, percebe-se novamente a falta de equilíbrio nas compras de livros. Os dados referentes a esta subclasse estão organizados em oito áreas, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Aquisições em Direito – 2000-2007

DIREITO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Direito Civil – 347	172	299	466	496	433	537	647	161	3211	45,18
Direito Público – 342	52	150	222	187	166	224	348	64	1413	19,88
Direito Penal – 343	54	153	209	175	162	252	258	77	1340	18,85
Direito em geral, Propedêutica – 340	19	68	96	93	88	78	123	30	595	8,37
Direito Internacional – 341	15	27	50	42	32	45	69	11	291	4,09
Direito relacionado a outras áreas, jurisprudência – 34	8	18	48	31	34	33	41	6	219	3,08
Direito Penal especial e Militar – 344	1	2	9	5	2	2	3	0	24	0,34
Direito Canônico e assuntos diversos – 348 e 349	0	3	3	3	1	1	1	2	14	0,20
Total	321	720	1103	1032	918	1172	1490	351	7107	100%

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

A parte do acervo sobre Direito Civil foi enriquecida com 45% do total de livros adquiridos sobre Direito; seguida pelas áreas do Direito Público (19,8%) e Direito Penal (18,8%). O total das aquisições para as três áreas representa 83,92% de todas as aquisições para a subclasse Direito. As áreas compõem o núcleo básico do acervo Biblioteca, contudo é necessário identificar as causas que geram a desproporção entre o número de aquisições para estas áreas e as demais áreas do Direito, também pertencentes ao núcleo básico.

Os dados referentes aos livros sobre Economia estão organizados igualmente em oito áreas.

Tabela 5 - Aquisições em Economia – 2000-2007

ECONOMIA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Finanças públicas, impostos, bancos [Direito Tributário] – 336	43	109	184	128	128	125	201	43	961	32,34
Trabalho, emprego [Direito do Trabalho] – 331	115	112	132	163	143	109	157	30	961	32,34
Relações econômicas internacionais – 339	16	39	68	50	40	56	71	11	351	11,82
Política e planejamento econômico – 338	21	25	36	41	41	21	69	10	264	8,89
Teorias econômicas – 330	30	23	41	36	41	19	26	2	218	7,34

ECONOMIA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Economia [Direito Econômico] – 33	9	22	22	26	13	11	20	5	128	4,31
Acordos para atividades econômicas, cooperativismo – 334	3	6	5	7	8	4	14	3	50	1,68
Economia da terra e da propriedade – 332	1	5	4	6	13	3	6	0	38	1,28
Total	238	341	492	457	427	348	564	104	2971	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Observa-se que, das oito áreas, cinco receberam maiores investimentos em recursos informacionais, isto é, 90% dos livros comprados no período em análise se concentram em cinco áreas – finanças públicas, Direito do Trabalho, relações econômicas internacionais, política e planejamento econômico e teorias econômicas.

Destaca-se que as duas áreas com maiores aquisições (64,68%) são compostas por livros das áreas de Direito Tributário e Direito do Trabalho. Isto ocorre porque a Biblioteca optou por classificar tais documentos sob o assunto principal - tributação e trabalho - mais o aspecto legal. Portanto, a mencionada ênfase atribuída a Economia pode ser questionada.

A próxima subclasse, Ciência Política, apresenta comportamento similar a anterior, isto é, cinco das dez áreas sob as quais os dados estão organizados contêm mais de 90% das aquisições. Novamente, é perceptível a ausência de equilíbrio nas aquisições de livros.

Tabela 6 - Aquisições em Ciência Política – 2000-2007

CIÊNCIA POLÍTICA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Política – 32	28	30	45	30	46	41	67	11	298	28,99
Formas de organização política – 321	14	26	41	30	43	38	49	10	251	24,42
Relações internacionais – 327	7	3	16	49	34	40	37	6	192	18,68
Política interna – 323	7	4	23	19	14	12	21	0	100	9,73
Partidos e movimentos políticos – 329	10	10	14	9	9	10	20	1	83	8,07
Eleições, campanhas eleitorais – 324	1	2	6	4	3	9	5	0	30	2,92
Escravidão – 326	2	1	3	9	5	3	4	1	28	2,72
Migração, colonização – 325	1	2	3	8	3	5	2	2	26	2,53
Parlamentos, representação do povo	2	1	2	1	1	2	6	1	16	1,56
Política religiosa – 322	0	0	0	0	0	2	2	0	4	0,39
Total	72	79	153	159	158	162	213	32	1028	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Aquisições acerca dos assuntos de Administração Pública, a despeito de serem considerados básicos, não têm recebidos os mesmos investimentos de outras subclasses, como já apontado. Quando organizados em sete áreas, constata-se uma forte concentração de livros em apenas duas: Administração Pública e Governo (44,2%) e Servidor Público (40,5%). Os demais assuntos ligados à subclasse são pouco ou quase nada beneficiados com aquisições.

Tabela 7 - Aquisições em Administração Pública – 2000-2007

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Administração Pública, Governo – 35	11	27	43	37	31	43	82	9	283	44,29
Atividades específicas [Servidor público] – 351	10	26	46	44	45	25	52	11	259	40,53
Administração municipal [Direito Municipal] – 352	1	6	13	7	4	5	14	3	53	8,29
Assuntos militares – 355	0	4	3	2	2	6	6	1	24	3,76
Governo central, nacional – 354	1	5	0	2	1	3	4	0	16	2,50
Governo regional, estadual – 353	0	0	0	0	1	0	1	1	3	0,47
Serviços do Exército – 356	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,16
Total	23	68	105	93	84	82	159	25	639	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

A Tabela 8 apresenta a evolução temporal da quantidade de compras de livros por assunto do núcleo básico. Livros de Direito, como já demonstrado, são os mais adquiridos em qualquer ano em análise. Livros de assuntos ligados a Economia estão em segundo lugar, porém há que se levar em conta o exposto anteriormente acerca dos livros de Direito Tributário e Trabalhista, classificados sob o aspecto econômico.

Tabela 8 - Evolução das aquisições por áreas do núcleo básico (distribuição percentual) – 2000-2007

NÚCLEO BÁSICO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Direito	49,08	59,60	59,53	59,28	57,84	66,44	61,42	68,55	60,51
Economia	36,39	28,23	26,55	26,25	26,91	19,73	23,25	20,32	25,30
Ciência Política	11,01	6,54	8,26	9,13	9,96	9,18	8,78	6,25	8,75
Administração Pública	3,52	5,63	5,67	5,34	5,29	4,65	6,55	4,88	5,44
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Na Tabela 9, observa-se que a evolução das aquisições não implica mudanças significativas em termos de áreas de compra; de modo geral, o aumento ou redução das compras afeta todas as subclasses de maneira semelhante; vale dizer, a proporção de aquisições, por subclasse, altera-se apenas marginalmente.

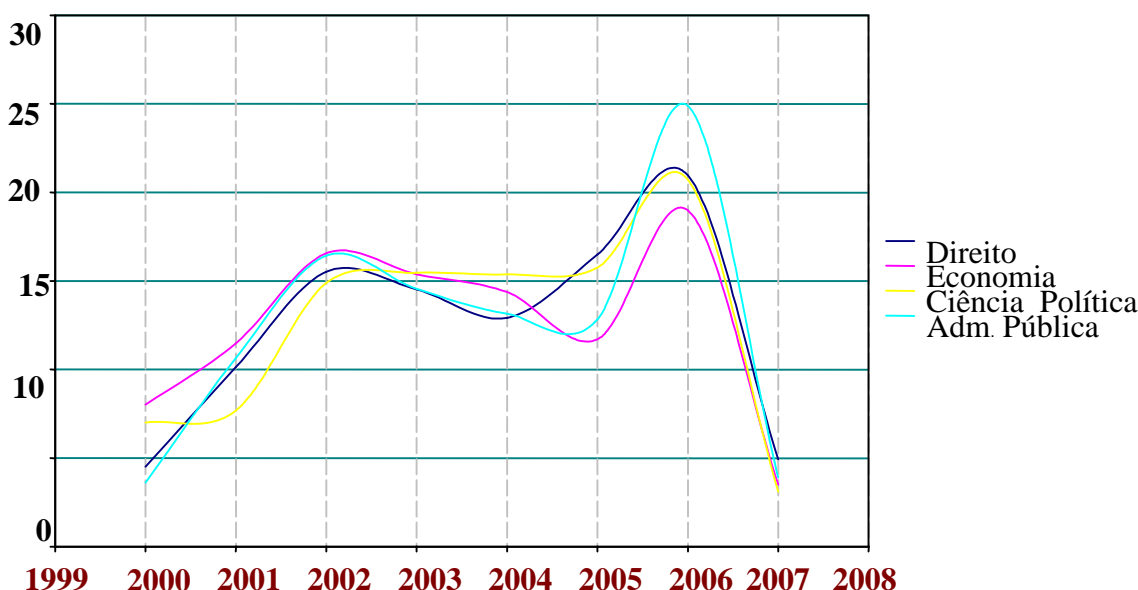
Tabela 9 - Aquisições por assuntos do núcleo básico (distribuição percentual) – 2000-2007

NÚCLEO BÁSICO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Direito	4,52	10,13	15,52	14,52	12,92	16,49	20,97	4,93	100
Economia	8,02	11,48	16,56	15,38	14,37	11,71	18,98	3,50	100
Ciência Política	7,00	7,68	14,88	15,47	15,37	15,76	20,73	3,11	100
Administração Pública	3,60	10,64	16,44	14,55	13,15	12,83	24,88	3,91	100

Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Isto pode ser visto com mais clareza na Figura 5.

Figura 5 - Evolução das aquisições por áreas do núcleo básico (distribuição percentual) – 2000-2007



Fonte: Processos de aquisição de livros da Coordenação de Biblioteca – Cedi – Dados compilados pela autora

Destacam-se dois pontos de ascendência: o primeiro culmina no ano 2002, em decorrência da normalização dos novos procedimentos de compra. Neste mesmo ano, é consolidado o documento da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca.

Outro ponto atinge o pico no ano 2006, para depois entrar em uma queda acentuada motivada por fatores igualmente ligados à aquisição¹⁷, todavia o declínio é observado em todas as áreas do núcleo básico. Entre os pontos de culminância, a subclasse Ciência Política se mantém estável. As demais apresentam pequena diminuição no número de aquisições para em seguida aumentarem novamente. Destaque para a subclasse Administração Pública, beneficiada em 2006 com uma taxa de aquisições de livros acima da taxa média, 5,1%, obtida ao longo do período.

Questiona-se, por conseguinte, se os procedimentos de aquisição seriam os fatores determinantes no desenvolvimento do acervo e não os critérios de seleção e, da mesma forma, se os procedimentos de seleção de livros novos seriam os responsáveis pelos mencionados desequilíbrios apontados pelos dados. O período analisado e o modo pelo qual os dados foram coletados, observando apenas o aspecto quantitativo, não permitem responder a estas questões.

O objetivo do levantamento “conteúdos temáticos dos projetos de lei” era, em princípio, verificar se os assuntos ou conteúdos dos livros adquiridos apresentavam algum tipo de relação com os temas abordados na Casa. Constatou-se, no entanto, a impossibilidade de estabelecer

¹⁷

Os citados fatores são a finalização, em 2006, do contrato de livros adquiridos no mercado nacional e a não-entrega de livros solicitados durante a vigência contratual. Para outros esclarecimentos, ver o Relatório de Atividades da Seção de Aquisição – Cobib/Cedi 2007.

uma relação entre os resultados de ambos os levantamentos.

Os assuntos dos livros foram coletados item a item, ao passo que o mesmo não foi feito com as matérias dos PLs. Estas estão agrupadas em grandes temas, o que limita a possibilidade de uma comparação detalhada.

Optou-se, então, por apresentar apenas os resultados do segundo levantamento, apontar as comissões com maiores incidências de PLs relatados e relacionar os respectivos assuntos aos da Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca.

Os resultados estão organizados pelas siglas das comissões temáticas na Tabela 10.

Tabela 10 - Projetos de lei relatados pelas comissões temáticas – 2000-2007

COMISSÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%	% acum.
CSSF	317	321	221	292	251	345	287	300	2334	16,00	16,00
CTASP	234	294	255	290	346	234	150	436	2239	15,34	31,34
CCJC	257	295	172	339	260	279	179	205	1986	13,60	44,94
CEC	157	196	199	272	228	277	188	300	1817	12,45	57,39
CDC	116	133	179	144	128	96	76	85	957	6,55	63,94
CVT	98	141	108	151	82	139	75	157	951	6,50	70,44
CDEIC	99	103	115	106	94	130	92	105	844	5,80	76,24
CFT	64	97	68	71	109	130	97	76	712	4,90	81,14
CCTCI	49	77	56	65	83	104	112	70	616	4,22	85,36
CAPADR	68	53	52	62	49	68	47	75	474	3,24	88,60
CSPCCO	0	0	36	68	52	66	71	83	376	2,60	91,20
CME	33	32	29	23	30	45	34	46	272	1,86	93,06
CREDN	43	62	34	26	30	30	19	27	271	1,85	94,91
CMADS	1	0	0	0	50	67	55	59	232	1,60	96,51
CDU	30	24	20	28	30	41	17	28	218	1,50	98,01
CAINDR	10	10	17	10	52	30	9	29	167	1,14	99,15
CTD	0	0	0	9	21	20	21	20	91	0,62	99,77
CDHM	0	0	0	0	5	9	8	12	34	0,23	100
Total	1576	1838	1561	1956	1900	2110	1537	2113	14591	100	

Fonte: Sileg – Dados compilados pela autora

Legendas: CSSF- Comissão de Seguridade e Família; CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; CEC – Comissão de Educação e Cultura; CDC – Comissão de Defesa do Consumidor; CVT – Comissão de Viação e Transporte; CDEIC – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; CFT – Comissão de Finanças e Tributação; CCTCI – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; CME – Comissão de Minas e Energia; CREDN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano; CAINDR – Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; CTD – Comissão de Turismo e Desporto; CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Constata-se que 85% do pareceres de mérito emitidos no período em análise foram elaborados por 9 das 18 comissões temáticas com esta atribuição.

Do grupo de nove comissões com maior incidência de PLs relatados, duas tratam de assuntos não-pertencentes às Ciências Sociais, de acordo com a classificação do conhecimento apresentada pela CDU. São elas Viação e Transporte (6,5%) e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (4,22%). Isto é, os assuntos abordados por estas comissões estão fora da área de especialização do acervo da Biblioteca, mas são tratados como assuntos complementares por sua Política de Desenvolvimento de Coleções.

A comissão com maior número de PLs relatados no período, Comissão de Seguridade Social e Família (16%), apresenta como assuntos principais previdência social, assistência social e política de saúde ou saúde pública. Esses temas estão alocados no núcleo complementar, e não no núcleo básico da mencionada política. Ou seja, apesar das proposições sobre os temas apresentarem uma média anual de 16% de todos os PLs relatados, os assuntos não mereceram destaque no desenvolvimento do acervo da Biblioteca.

As Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (15,34%), Constituição e Justiça e de Cidadania (13,6%) abordam assuntos tratados pela citada política como básicos, mas, na prática, há um forte desequilíbrio entre o número de aquisições sobre os assuntos das respectivas áreas, como já apontado.

Os principais assuntos da Comissão de Educação e Cultura (12,45%), assim como os da Comissão de Seguridade Social e Família, também são tratados como complementares pela Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca, no entanto todos têm recebido menos investimentos em aquisições de livros que classes alheias ao processo legislativo, como, por exemplo, literatura.

As comissões de Defesa do Consumidor (6,55), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (5,8%), e de Finanças e Tributação (4,9%) apresentam assuntos pertencentes ao núcleo básico do acervo.

Registra-se, por conseguinte, que, entre 85% de PLs relatados no período em análise, os assuntos de 54% são arrolados como básicos no documento da política e igualmente pertencem às Ciências Sociais; os assuntos de 33,4% das proposições, apesar de pertencerem às Ciências Sociais, compõem o núcleo complementar, e os assuntos de 12,6% dos PLs são complementares, porém não-pertencentes às Ciências Sociais. Essas constatações são visualizadas na Figura 6.

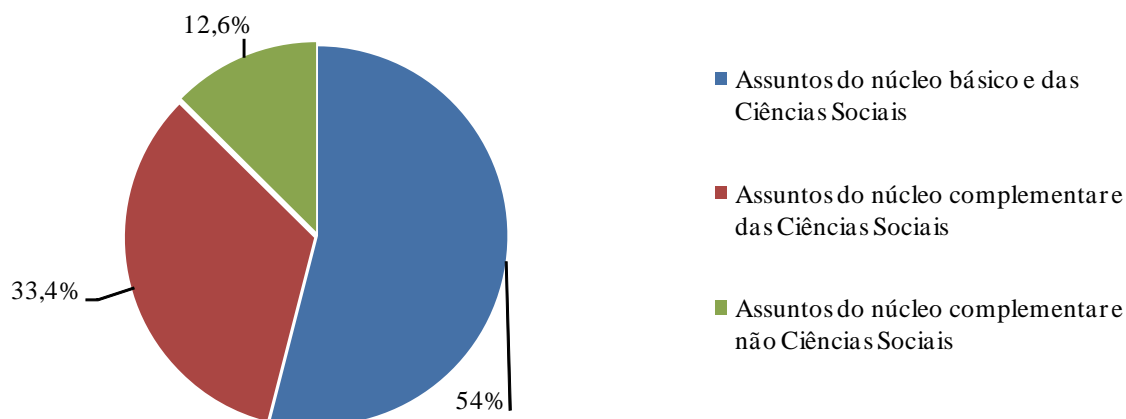


Figura 6 - Assuntos dos PLs relatados - 2000-2007
Fonte: Silég. Dados compilados pela autora

Afirmou-se anteriormente não ser possível estabelecer uma relação entre os assuntos

dos livros adquiridos pela Biblioteca nos anos 2000 a 2007 e os assuntos dos projetos de lei relatados no mesmo período.

O fato de o deputado elaborar um parecer de mérito não implica que ele recorra ao acervo ou aos serviços de informação do Cedi para buscar embasamento teórico. Por outro lado, a Biblioteca tem por função básica o apoio às atividades da Casa; logo, o seu acervo bibliográfico deve apresentar alguma coerência temática com tais atividades. Os dados descritos acima confirmam uma intenção de buscar tal coerência temática, por meio dos critérios de seleção.

7 Conclusão

Os resultados obtidos a partir dos dois levantamentos de dados e as análises posteriores permitem as seguintes conclusões em relação ao objetivo deste trabalho.

Os critérios de seleção formalizados no documento *Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca* permitem formar um acervo especializado em Ciências Sociais, com ênfase no Direito. O primeiro objetivo desse documento, *desenvolvimento racional e equilibrado do acervo, em consonância com os objetivos da Instituição*, não está sendo alcançado, o que é verificado quando se observam os desequilíbrios quantitativos entre as áreas das subclasses do núcleo básico e entre estas e as outras classes e subclasses do núcleo complementar. As mesmas afirmações podem ser feitas acerca do período quando havia apenas um critério geral de seleção, ou seja, a adoção de uma política de seleção, com critérios específicos não teria alterado de maneira contundente a formação da coleção de livros.

Questiona-se, então, se fatores ligados aos procedimentos de aquisição e de seleção seriam mais determinantes que os critérios mencionados no documento *Política de Desenvolvimento de Coleções da Coordenação de Biblioteca*. Antes, porém, de se tentar uma resposta a tais questionamentos, recomenda-se dar continuidade ao levantamento, utilizando um período maior para validar as assertivas acima.

A maioria dos assuntos (54%) tratados pelas comissões com maior incidência de PLs relatados é alocada no acervo básico da Biblioteca, de acordo com seu documento de Política de Seleção. Outra parcela importante (33,4%) está dentro da área de especialização da Biblioteca. Logo se conclui haver uma relação entre os temas mais relatados e os assuntos adquiridos em formato livro, no período em análise.

A questão que se impõe é se o tipo de informação, e não somente o assunto, disponível no formato livro, seria relevante para a Câmara dos Deputados. Segundo a literatura especializada, a resposta é sim, quando se trata dos assuntos, e não, quando se trata dos tipos de informação e formatos. Registra-se, portanto, a importância de se pesquisar as necessidades informacionais da Casa, de conhecer as fontes de informação utilizadas pelos parlamentares e

consultores e, só então, rever os procedimentos de seleção de informações, não importando o suporte físico.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. 338 p.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **[Minuta de Ato da Mesa]**. Brasília: [s. n.], 1986. 2 f. [Documento de arquivo disponível na Seren/Coordenação de Biblioteca/Cedi/CD]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Ofício nº 138-86 CBI-Cedi**, de 23 de abril de 1986. Brasília: [s. n.], 1986. [Documento de arquivo disponível na Seren/Coordenação de Biblioteca/Cedi/CD]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Relatório anual da Seren**, 1998. Brasília: [s. n.], 1998. 11 f. [Documento de arquivo disponível na Seren/Coordenação de Biblioteca/Cedi/CD]
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Relatório sucinto da Seren**, 2001. Brasília: [s. n.], 2001. 9 f. [Documento de arquivo disponível na Seren/Coordenação de Biblioteca/Cedi/CD]
- COLLARES, Alceu. [Discurso sobre a Biblioteca]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 29 set. 1980.
- ENGLEFIELD, Dermot (ed.). **Guidelines for legislative libraries**. Munchen: K. G. Sauer, 1993. 123 p.
- FRANTZICH, Stephen E. Computerized information technology in the U. S. House of Representatives. **Legislative Studies Quarterly**, Iowa City, v. 4, n. 2, May, 1979. p. 255-279.
- MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona; BAXTER, Graeme. The information needs of United Kingdom members of the European Parliament (MEPs). **Library Management**, [s. l.], v. 20, n. 3, 1999. p. 168-178. Disponível em: <<https://openair.rgu.ac.uk/bitstream/10059/132/1/LibMgmt+20-3+1999.pdf>> Acesso em 13 dez. 2008.
- MILLER, Robert; PELIZZO, Ricardo; STAPENHURST, Rick. **Parliamentary libraries, institute and offices: the sources of parliamentary information**. [Washington]: World Bank, 2004. Disponível em: <https://mercury.smu.edu.sg/rsrchpubupload/4772/parliamentary_libraries.pdf> Acesso em: 31 mar 2008.
- POLSBY, Nelson W. **Legislatures**. Albany: State University of New York, 1975. 66 p.
- ROBINSON, William H. Parliamentary libraries: information in the legislative process. In: KURIAN, George T. (ed.). **World encyclopedia of parliaments and legislatures**. Chicago: F. Dearborn, 1996. p. 815-829.
- SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. **Dados: revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, 2005. p. 693-734. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n4/28477.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2008.
- SHAILENDRA, K.; PRAKASH, H. A study of information needs of members of the Legislative Assembly in the capital city of India. **Aslib Proceedings**. London, v. 60, n. 2, p. 158-179. 2008.